

# “O psicanalista só se autoriza por si mesmo”<sup>1</sup>

Maria Angela Assis Dayrell

## Resumo

O autorizar-se psicanalista implica sustentar essa autorização ao se comprometer com a formação permanente, priorizando sua análise pessoal, pois a experiência radical de análise é a única garantia de sua formação como psicanalista.

**Palavras-chave:** Ser psicanalista, Autorizar-se, Formação permanente, Experiência de análise.

*O que o paciente viveu  
sob a forma de transferência  
nunca mais esquecerá.*  
SIGMUND FREUD

*O que exijo é que não possa exercer a psicanálise  
alguém que não tenha conquistado,  
por meio de uma determinada preparação,  
o direito a uma tal atividade.*  
SIGMUND FREUD

*Façam como eu, não me imitem.*  
JACQUES LACAN

Este trabalho traz alguns recortes de textos da literatura psicanalítica, com destaque para os de Freud e Lacan.

Muita coisa já foi escrita sobre este tema. Diante disso, para não cair na ilusão de estar escrevendo algo inédito, faço jus aos que me antecederam.

De mais a mais, para o psicanalista, o inédito é a própria análise – a sua e a de seus analisantes – no um a um, em que seu desejo e sua exigência ética sejam produzir uma experiência única, singular e fecunda.

Esta frase “o psicanalista só se autoriza por si mesmo”, enunciada por Lacan

como um princípio, se encontra no texto *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola*.

Vamos trabalhar a dimensão desse princípio, a partir de duas questões:

- Como acontece ser psicanalista?
- A partir de que o analista se autoriza analista?

Desde 1958, em *A direção do tratamento e os princípios do seu poder*, Lacan fala em princípios ao destacar:

- Direção: deixa bem claro que o analista deve dirigir não o paciente, mas o tratamento e que, ao final, o analisante seja capaz de se cuidar sozinho, portanto

1. Trabalho apresentado na XXXVI Jornada de Psicanálise do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais (CPMG): “A prática analítica e o mal-estar atual”. Dias 21-22 set. 2018, Belo Horizonte/MG. (Revisto em janeiro de 2019).

produzir um sujeito que possa prescindir de um analista;

- Tratamento: a análise;
- Princípios: linhas mestras, axiomas, eixos, paradigmas;
- Poder: a ética própria do discurso psicanalítico; o poder que está em jogo na análise é o da fala e da transferência do analisando.

Em *Recomendações ao médico que pratica a psicanálise*, diante das famosas perguntas “Como alguém pode tornar-se psicanalista?” e “Como se aprende psicanálise?” Freud ([1912] 2010, p. 157) foi direto ao ponto:

[...] passando-se por ela! Pela análise dos próprios sonhos [...] a pessoa adquire na própria carne, por assim dizer, impressões e convicções que procura em vão nos livros e nas conferências.

Na *Conferência 31: A dissecação da personalidade psíquica*, Freud ([1933] 2010, p. 209) sublinha:

Mas tivemos de perceber e proclamar como nossa convicção, que ninguém tem o direito de intervir numa discussão da psicanálise se não adquiriu determinadas experiências, que apenas mediante a própria análise podem ser adquiridas.

A importância da análise pessoal se demonstra na declaração do sujeito de sua vivência da descoberta do inconsciente. Dessa experiência transformadora, geradora de uma familiaridade do analista com o seu próprio inconsciente, poderão surgir as condições da escuta analítica, desfazendo-se pontos cegos e conquistando um estilo próprio para conduzir os tratamentos. Nessa experiência inaugurada por Freud, o desejo e a função de analista poderão despontar no analisante.

Fazer essa passagem do divã para a poltrona introduz um tempo lógico e não

cronológico, que comporta um ato, diz Benoît Bouteiller (2018).

A rigor, na sua dimensão ontológica, o ser psicanalista diz respeito a uma posição – estar sempre se fazendo, se tornando psicanalista, num processo contínuo, como numa pulsação.

Comumente, esclarece Bouteiller (2018), um *status*, um papel e uma função são atribuídos a qualquer trabalhador. O *status* é relativo ao título do seu trabalho; o papel, à descrição do que deve ser feito a partir do seu título, e a função, à sua prática.

A dimensão dessa ideia do psicanalista que só se autoriza por si mesmo acontece exatamente, quando se está trabalhando com o analisante: não há título (diploma) nem papel (tarefas a serem feitas), mas há uma função – a de psicanalista, que opera com um saber. Qual saber? O “feliz saber”, escrito com uma grafia diferente por Lacan, “*gay sçavoir*”, em que o “*ça*” está no lugar do saber, na equivalência  $\zeta a = \text{Isso} = \text{Ics}$ .

Na teoria lacaniana, a palavra “saber” serve para nomear o inconsciente, que, nas palavras de Marco Antonio Coutinho Jorge (2017, p. 146),

[...] é a forma mais depurada que Lacan encontra para defini-lo: um saber linguageiro, constituído de significantes, o que dá um alcance eminentemente clínico à definição de Lacan do inconsciente estruturado como linguagem.

Juan-David Nasio (1984, p. 1050) afirma:

J. Lacan propôs uma noção-fórmula que permite designar a suposição de que o sujeito é o inconsciente ou de que o inconsciente é um sujeito: o sujeito suposto saber.

### Como acontece ser psicanalista?

Na base do discurso universitário, o psicanalista seria nomeado, receberia um título.

Mas, quando Lacan diz “que o analista se autoriza senão por ele mesmo”, é diferente de ser nomeado membro associado ou membro titular de uma instituição e, certamente, isso é difícil, incômodo e acarreta mal-estar, pois essa *escolha* (grifo nosso) precisa ser feita no positivo, prossegue Lacan, para “que haja homem [*qu’il y a de l’homme*], é [preciso] que haja em alguma parte a castração”.

O psicanalista se autoriza por si mesmo assim como o sujeito sexuado se autoriza por si mesmo. A ligação entre o psicanalista e o ser sexuado, entre o psicanalista e as fórmulas de sexuação está no objeto *a*.

Nas fórmulas de sexuação, existe o lado todo fálico, lado da linguagem e o lado não todo fálico, lado do objeto *a*, onde se encontra a posição do psicanalista, como agente do discurso analítico.

Lacan diz (1974, p. 5-6):

Pois enquanto não havia discurso analítico, não havia psicanalista [du psicanaliste]. É por isso que eu enunciei que há [du] psicanalista [...], mas isso não pode querer dizer entretanto que haja um psicanalista.

E continua:

Eis o princípio do discurso analítico, é aí que o verdadeiro toma sua importância primária, e que, como eu o fiz observar há muito tempo, só há uma transferência, aquela do analista, já que afinal, é ele que é o sujeito suposto ao saber. Ele deveria saber bem em que se sustentar lá em cima: sobre sua relação ao saber, até onde ele é regido pela estrutura inconsciente que o separa bem daí de onde sabendo um fim, e eu o sublinho, depende mais da prova que ele fez em sua própria análise, do que meu dizer pode lhe trazer. A coisa é notável, o saber do inconsciente é revelado [...] a verdade do inconsciente – a revelação do inconsciente como saber [...] é feita

de maneira tal que a verdade do amor, a saber, da transferência, só fez aí a irrupção (LACAN, 1974, p. 42-43).

Aprendemos com a psicanálise a essência do processo de recalçamento (FREUD, [1915] 2010). E a ética está ligada tanto à essência quanto ao cerne do ser, na sua dimensão do saber, do desejo e da verdade. O inconsciente surge como um olhar que revela para o sujeito o desejo e a pulsão. O ato, a pontuação do analista é para surpreender, acordar o sujeito para o que ele está falando. Então, é esse olhar do outro, do analista, que faz surgir o que vai dividir o sujeito (\$).

Em *Um olhar a mais, ver e ser visto na psicanálise*, Quinet (2004, p. 291) afirma:

Lacan nos indica uma postura ética: não se trata de falar para o olhar do Outro (que inexistente), mas falar em nome do olhar, objeto que causa desejo, o desejo de continuar ex-sistindo. Falar do lugar do olhar é inserir-se como agente do discurso do analista.

Para tanto, como a formação do psicanalista deve se pautar?

A análise pessoal, o primeiro componente do clássico tripé, é condição imprescindível no processo de formação. O tratamento do psicanalista é que decide da sua competência: experiência singular, do seu encontro com o inconsciente, é condição *sine qua non* para sua práxis.

Somos “operadores do simbólico”, ensina Célio Garcia (2006).

Lacan ([1956] 1978, p. 199) esclarece em *Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956*:

[...] a ordem simbólica exige três termos ao menos, o que impõe ao analista a não esquecer o Outro presente, entre os dois que, por estarem lá, não englobam aquele que fala. Um psicanalista deve se

assegurar nessa evidência de que o homem é, desde antes de seu nascimento e para além de sua morte, preso na cadeia simbólica, a qual fundou a linhagem antes que aí se bordasse a história [...] que ele é na verdade tomado como um todo, mas à maneira de um peão, no jogo do significante [...] esta ordem de prioridades devendo ser entendida como uma ordem lógica, isto é, sempre atual. Esta exterioridade do simbólico em relação ao homem é a própria noção do inconsciente.

Mas Lacan ([1956] 1978, p. 202) faz um alerta:

Evitem compreender! Que uma das orelhas se ensurdeça, tanto quanto a outra deve ser aguda. E é àquela que deve prestar à escuta dos sons ou fonemas, das palavras, das locuções, das sentenças, sem aí omitir pausas, escansões, cortes, períodos e paralelismos, pois é lá que se prepara palavra por palavra da versão, sem o que a intuição analítica fica sem suporte e sem objeto.

Com seu ato, o psicanalista está na função de analista, quando faz uma interpretação, uma pontuação e provoca uma ação. Diz Bouteiller (2018) que vem primeiro sua função poética depois é que vem o sentido. Portanto, fazer a pontuação a partir do som e não do sentido. O sentido vem do tecido do som.

Estamos na posição muito precisa que podemos chamar “de política, de estratégia e de tática”, como diz Lacan ([1958] 1998) no seu texto *A direção do tratamento e os princípios do seu poder*, sendo:

- Tática: a interpretação, do registro do simbólico;
- Estratégia: o manejo da transferência, na sua dimensão imaginária;
- Política: na qual a aposta consiste em saber se o analista deve se regular por seu ser ou por sua falta-a-ser.

E a resposta de Lacan é “ele deve se regular por sua falta-a-ser”, o que efetivamente deixa aberta a questão de qual é, então, sua definição do Real.

Dessa forma, a partir da análise pessoal, à luz do próprio inconsciente, o ensino teórico da psicanálise, que seria o segundo componente do clássico tripé, se daria não num terreno árido e distante, mas num terreno fértil e próximo. É ex-timo! Portanto, se daria na conjunção entre a psicanálise em intensão (a análise) e em extensão (o ensino).

“O que o psicanalista deve saber”?

Diante dessa pergunta decisiva de Lacan em *Variantes do tratamento padrão*, Quinet (2009, p. 56-57) enfatiza em *A estranheza da psicanálise*:

- Ignorar o que ele sabe. É a resposta de Lacan em 1953, para que a análise possa ser reinventada em cada caso, a cada vez.
- Saber o que fundamenta a experiência psicanalítica. É a resposta de Lacan com a criação da Escola em 1964, sendo para tal requisitada uma práxis da teoria que ele faz equivaler a própria ética da psicanálise.
- Saber que não há relação sexual que possa ser escrita, pois a psicanálise sustenta-se da lógica do não-todo, sendo que todo analista “sabe ser um rebotinho” é a resposta de Lacan em 1974. Esse saber deve ser adquirido em sua análise pessoal e verificado no dispositivo do passe.

Portanto, a transmissão da psicanálise se dá pela via do matema e pela via do estilo.

Quinet (2009, p. 59) continua:

A via do matema é a via na qual se trata de transmitir o que é ensinável: o conhecimento, o saber. Logo, na via do matema encontramos o ensino da psicanálise e na via do estilo, podemos dizer, a própria psicanálise, a prática psicanalítica. Há algo que faz a junção das duas vias: a transferência. E diz Lacan ao fundar sua

Escola: A psicanálise só é transmissível pelas vias de transferência de trabalho.

Quinet (2009, p. 64-65) destaca:

Podemos supor ao menos três riscos na transmissão da psicanálise, a partir de Lacan, que se situam simultaneamente nos registros do real, simbólico e imaginário.

- Repetir. O automatismo de repetição movido pela pulsão de morte indica-nos que a repetição na transmissão é uma modalidade de assassinato de ideias. É o que está em jogo na psicanálise quando o saber se degrada facilmente em jargão [...].
- Aplicar. O esforço de formalização de Lacan deixou-nos esquemas, grafos, matemáticas que podem se oferecer ao risco de sua aplicação, por exemplo, no relato de caso. Se Freud nos legou casos paradigmáticos, nem todas as históricas são Dora, tampouco todos os obsessivos, Homem dos Ratos, ou todos os psicóticos, Schreber.
- Mimetizar. O fato de na orientação lacaniana não haver uma burocratização proposta pela instituição não põe o analista totalmente ao abrigo deste risco: fazer como Lacan (supostamente) fazia. Qual o antídoto contra ele senão o de reinventar a psicanálise a partir da doutrina freudiana e da análise pessoal?

A rigor, a posição de Lacan em relação à formação analítica é extremamente revolucionária. Cada analista tem que se responsabilizar por sua práxis e pelo dever que lhe compete no mundo.

Ao lado da análise pessoal e do ensino, é preciso experimentar as vicissitudes de quem ocupa o lugar de analista na prática supervisionada, o terceiro componente do clássico tripé.

Quinet (2009, p. 124) observa:

Segundo Lacan, não há prática que prescinda de supervisão (ou de controle), e a

prática psicanalítica não está fora disso. Se a supervisão não é obrigatória, ela é, no entanto, aconselhável ao analista que se autoriza por si mesmo a receber em análise sujeitos que o demandam.

Na prática supervisionada, considera-se a ética da psicanálise, que é a ocasião por excelência, para se ver as razões do próprio ato dos analistas, desafiados entre a ação e o pensar.

Marco Antônio Coutinho Jorge (2017, p. 162, grifo nosso) explica:

A supervisão é um lugar de elaboração de saber do analista: antes, durante e depois de cada encontro com o supervisor. Trata-se sempre, na experiência da supervisão clínica, de recolocar em ação a vigência do discurso psicanalítico. A supervisão apresenta duas funções: remeter o supervisionando à própria análise, quando alguma questão pessoal dele está interferindo em sua escuta analítica; remeter o supervisionando ao estudo teórico, quando alguma falha no seu conhecimento teórico é a responsável pela dificuldade na condução de um tratamento. Nesse sentido, o supervisor parece replicar, a seu modo e com objetivos diferentes, a posição do analista, ele próprio dividido em duas funções: de objeto a e de intérprete. Na primeira, ele remete o supervisionando à sua análise; na segunda, ele o remete ao estudo da teoria.

### **A partir de que o analista se autoriza analista?**

Vamos destacar, inicialmente, a palavra “autorizar”. No *Dicionário Aurélio*, encontramos: “dar, conceder autorização, permissão, licença, validar, confirmar”.

Mas autorizar, do ponto de vista etimológico, nos lembra Bouteiller (2018), o termo francês autorizar [*autoriser*] empregado por Lacan tem na sua raiz a palavra “autor” [*auteur*], ou seja, o agente que vai praticar a ação, “criador, instituidor, fundador”.

Trata-se, portanto, de um ato!

E Quinet (2009, p. 114-115) reforça essa ideia em *A estranheza da psicanálise*:

O analista não é autorizado por ninguém, ele se autoriza por si mesmo. [...] Não existe o Outro da autorização. A partir de que, então, o analisante se autoriza analista? Ele se autoriza a partir de seu trabalho analítico, do deciframento de seu inconsciente, o que não é independente de seu trabalho de transferência – do que ele faz da relação transferencial estabelecida com seu analista.

Alain Didier-Weill (1993, p. 28, grifos nossos) afirma a propósito:

Talvez se trate de compreender que há um certo número de superações a serem feitas para que o sujeito advenha numa relação com a fala, que Lacan efetivamente denominou por essa fórmula que fez furor, mas sobre a qual reina, a meu ver, muita obscuridade: o que vem a ser uma fala produzida no contexto do “autorizar-se por si mesmo”? O que tentei fazer foi uma articulação entre esses dois “si”, o “se autorizar” e o “si mesmo”, mostrar, primeiramente, que não se tratava, de modo algum, de um ato voluntário, e que se tratava de um processo fundamentalmente inconsciente, de uma transmutação subjetiva.

Comentando uma proposição de Michel Foucault, Bouteiller (2015), em seu texto inédito *Cartel, passe et verité*, nos diz:

O ato da fala tem então uma função da emergência do ser vivente. Falar é construir um território, um território sempre emergente. É isso, no divã, como pelo cartel, nós fazemos a experiência disso: falar é talhar um lugar. O lugar do desejo. E não o lugar do saber. O saber que se constitui no processo da análise,

como no cartel ou no passe, é um saber produzido desse lugar em emergência que é o território do desejo. É nesse sentido que a relação ao saber é aí atravessado pela questão da verdade.

Não há possibilidade alguma de o analista conduzir uma análise se não se autorizar por si mesmo!

A respeito de “si mesmo”, Gilda Vaz Rodrigues (2018, p. 38) diz em *Solidão: a casa do desejo*:

O si mesmo, após o percurso de uma análise levada a esse termo, não é sua pessoa, nem seus sentimentos, mas o lugar vazio de seu ser de desejo. Aquilo que Freud chamou de Kern unseres Wesens, o coração do ser. Autorizar-se desse lugar implica ter chegado aí e vivido essa experiência radical na análise pessoal.

[...]

Esse momento de extrema solidão é correlativo do desamparo. Porém, por seu efeito de liberação das representações às quais nos alienamos, promove o acesso a uma posição singular, o acesso a esse si mesmo em que o meu ser não é senão um ser de desejo.

Que os analistas possam se autorizar e sustentar essa autorização comprometendo-se com a formação permanente, submetendo-se à análise pessoal, a mais profunda possível, no entusiasmo do exercício de sua práxis.

Finalizando, faço um convite à reflexão proposta por Lacan em 1953, no *Discurso de Roma*, e citada por Quinet (2009), na epígrafe de *A estranheza da psicanálise*:

Será que a psicanálise manifestará uma ambição desmedida ao aplicar à sua própria corporação: a concepção que os psicanalistas têm de seu papel junto ao paciente, a de seu lugar na sociedade dos pensadores, de sua relação com seus pares e a sua missão de ensino? ☐

## THE PSYCHOANALYST IS THE ONLY ONE TO AUTHORIZE HIMSELF OR HERSELF TO BE A PSYCHOANALYST.

### Abstract

*When a person authorizes oneself as a psychoanalyst, he is supposed to sustain one's authorization by committing himself, our herself, to permanent training, prioritizing his or her personal analysis. This radical experience is the only guarantee of his or her training as a psychoanalyst.*

### Keywords:

*Being a psychoanalyst, Authorize oneself, Permanent training, Experience of analysis..*

## Referências

- BOUTEILLER, B. *Cartel, passe et verité*. Le 20 février 2015. Espace Tamarun. Saint-Denis de La Réunion. Inédito.
- BOUTEILLER, B. Anotações de aulas, abr./ jul. 2018.
- DAYRELL, M. A. A. Considerações sobre o acolhimento de um sócio no CPMG. *Cadernos do Fórum de Psicanálise*, Belo Horizonte, n. 41. Entrada na Instituição, dez. 2013. Publicação do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais.
- DIDIER-WEILL, A. (Org.). *Os três silêncios, fim de uma análise, finalidade da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- FREUD, S. Recomendações ao médico que pratica a psicanálise (1912). In: \_\_\_\_\_. *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia ["O caso Shereber"]*, Artigos sobre técnica e outros textos [1911-1913]. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2010. p. 147-162. (Obras completas, 10).
- FREUD, S. Conferência 31: a dissecação da personalidade psíquica (1933), In: \_\_\_\_\_. *O mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos [1930-1936]*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2010. p. 192-223. (Obras completas, 18).
- GARCIA, C. Anotações de aula. Belo Horizonte, set. 2006.
- JORGE, M. A. C. *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan, v. 3: a prática analítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- LACAN, J. Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956. In: \_\_\_\_\_. *Escritos*. Tradução de Inês Oseki-Depré. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 189-222.
- LACAN, J. Ato de fundação (1971). In: \_\_\_\_\_. *Outros escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 235-247. (Campo Freudiano no Brasil).
- LACAN, J. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da escola. In: \_\_\_\_\_. *Outros escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Versão final de Angelina Harari e Marcus André Vieira. Preparação de Texto de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 248-264. (Campo Freudiano no Brasil).
- LACAN, J. *O seminário, livro 21: Les non-dupes errent (1973-1974)*. Lição 11, de 09 abr. 1974 e lição 10, de 19 mar. 1974. Inédito.
- NASIO, J.-D. El inconsciente, la transferencia y la interpretación del psicoanalista: una visión lacaniana. *Revista de Psicoanálisis*, Asociación Psicoanalítica Argentina, Buenos Aires, t. 41, n. 6, nov./dez. 1984.
- QUINET, A. *Um olhar a mais, ver e ser visto na psicanálise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- QUINET, A. *A estranheza da psicanálise: a escola de Lacan e seus analistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- VAZ RODRIGUES, G. Solidão: a casa do desejo. In: \_\_\_\_\_. PORTUGAL, A. M.; Vaz Rodrigues, G.; BAHIA, M. A. (Orgs.). *Da solidão*. Belo Horizonte: Quixote +Do Editoras Associadas, 2018. p. 35-39.

**Recebido em:** 11/02/2019

**Aprovado em:** 15/04/2019

### **Sobre a autora**

#### **Maria Angela Assis Dayrell**

Psicóloga.

Psicanalista.

Membro do Círculo Psicanalítico  
de Minas Gerais (CPMG).

Além do trabalho clínico e de supervisão,  
dedica-se à transmissão da psicanálise  
no seu consultório e no CPMG, coordenando  
Seminários de Introdução à Formação  
(Tempo do saber),  
e da Prática Psicanalítica (Tempo do Fazer).

#### **Endereço para correspondência**

E-mail: <maria.angelaadayrell@gmail.com>